ARQUITETURA CIDADÃ

*Maria Elisa Baptista**

Muitos dizem que não se pode lutar contra o totalitarismo sem compreendê-lo. Felizmente isso não é verdade; se fosse, nossa causa estaria perdida. Distinguindo-se da informação correta e do conhecimento científico, a compreensão é um processo complexo, que jamais produz resultados inequívocos. Trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo.

Hannah Arendt[1]

Pela primeira vez descemos a Avenida Afonso Pena pisando no asfalto. A visão da Praça 7 com o Pirulito, obelisco mais que nunca comemorativo da Independência, magicamente livre do trânsito em geral caótico àquela hora, e da larga avenida cheia de gente que se ia agrupando, encontrando conhecidos, era emocionante. O brilho do papel picado jogado do alto dos prédios transformava a perspectiva do centro da cidade, prometendo que "apesar de você, amanhã há de ser outro dia. Você não vai conter a enorme euforia"...[2] Era 1984, e começava o Grande Comício pelas Diretas em Belo Horizonte.

A Afonso Pena é uma testemunha privilegiada da história: nela estão representadas desde as primeiras edificações ecléticas da época da construção da cidade até aquelas mais recentes, passando pelo *art déco*, pelo modernismo clássico das décadas de 40 a 60 e por fiéis representantes da época do "milagre econômico". Espaço de *footing* no início do sécu-

* Arquiteta, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC • Minas.
As fotografias são de autoria de Wilson Baptista, décadas de 30 e 40, e as reproduções fotográficas foram feitas por Paulo Baptista.

[1] ARENDT, Hannah. Compreensão e política. In: **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 39.

[2] A esperança que Chico Buarque canta em **Apesar de você**.

Parque Municipal

lo, centro financeiro, região dos cinemas, espaço político, ponto de encontro são algumas das imagens que se espalham pela avenida, formando ao longo do tempo sua identidade.[3]

O pé no asfalto, as pessoas iam se reunindo, sentando no meio-fio, subindo no Pirulito. Naquela tarde de 84 nós nos apropriamos do coração da cidade, e nos sentimos cidadãos, emoção proibida coletivamente pelo regime militar instalado há mais de vinte anos.

Coincidentemente, nesse mesmo ano, era reiterada a nova legislação urbanística em vigor desde 1976, plena de boas intenções, emendada aqui e ali por interesses de ocasião e co-responsável finalmente pela ampla e irrestrita destruição do Patrimônio Cultural, da paisagem urbana e da escala humana de que Belo Horizonte poderia se orgulhar.[4]

[3] Trecho do trabalho **Afonso Pena · Eixo Simbólico · Requalificação**, desenvolvido a partir do concurso nacional BH-Centro (1989), pelo escritório Baptista e Schmidt Arquitetura e Urbanismo, com o apoio de profissionais de diversas áreas.

[4] A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), aprovada em 1976 e emendada em 1985, estabelecia o zoneamento urbano, com usos e modelos definidos para cada zona, e, à exceção do perímetro de tombamento da Praça da Estação, com seu gabarito de ocupação definido, não registrava o patrimônio tombado ou de interesse, ou estabelecia

Belo Horizonte completará cem anos em 97. Cidade planejada, surgiu como negação do colonial, quis em tudo ser diferente de Ouro Preto, pois simbolizava a concretização de um Estado Republicano. O lugar escolhido, o Arraial de Curral del Rey, era um pequeno povoado agrupado em torno de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Boa Viagem - santa predileta dos viajantes. O povoado, com um século e meio de existência à época do decreto de mudança da capital, foi arrasado para dar lugar ao novo, ao nunca visto. Sobreviveu apenas, por pressão da Igreja, a igrejinha setecentista e seu adro, adaptado ao novo traçado e esvaziado de suas funções e significados. Absurdamente, a igreja barroca foi demolida em 1912 para dar lugar à Matriz em linhas neogóticas.[5] Faremos cem ou duzentos e cinquenta anos?

O traçado, de inspiração positivista, privilegiou as perspectivas em profundidade; hierarquizou os espaços; localizou o centro cívico e administrativo do Poder Estadual no ponto de cota mais alta, conferindo-lhe destaque; abandonou mais ou menos disformemente a Municipalidade nos arredores da Praça da República; traçou o grande eixo da Avenida Afonso Pena ligando a base da Serra do Curral ao Ribeirão Arrudas; e distribuiu a malha ortogonal das ruas com as largas avenidas em diagonal (nomes inventados em uma lógica irrefutável), com desprezo pela topografia e pela história, reafirmando a ordem e o progresso.

Diversas praças, localizadas estrategicamente no encontro das avenidas, e um grande parque ao lado da Afonso Pena compunham o cenário republicano.

Ao longo dos anos, o significado e a importância relativa das praças alteraram-se[6] e as décadas negras deixaram como saldo os espaços públi-

critérios de ocupação em seu entorno. Ao desconsiderar em grande parte a topografia acidentada de Belo Horizonte, a LUOS de 85 permitiu a ocupação verticalizada e de alta densidade nas encostas, impossibilitando a leitura de características do sítio natural ou a manutenção de princípios ordenadores do plano de Aarão Reis (a Praça da Liberdade não consegue mais ser lida como ponto mais alto, de superior importância hierárquica, com o seu entorno ocupado verticalizadamente, obstruindo a percepção do horizonte definido pelo perfil das Secretarias que rodeiam a Praça).

[5] ver: BRASIL, Flávia. **Memórias e apropriação de praças como espaço de lazer, cultura e cidadania**. Belo Horizonte, 1993. (Trabalho apresentado no 5° Encontro Nacional da ANPUR).

[6] ver: BRASIL, Flávia. op. cit.

Parque Municipal

cos degradados, deteriorados, invadidos pelo comércio formal e informal, por feiras em muito maiores que as possibilidades, rasgados pelo asfalto e pelas "cirurgias urbanas", numa ocupação segregada. A ausência quase absoluta de equipamentos de apoio indispensáveis à crescente população agravou o nível de depredação e o descaso das pessoas. O descuido com a vegetação levou à obstrução visual, à insegurança, à degradação. As praças deixaram de ser do povo, eram terras de ninguém.

Como espaços não compartilhados, os espaços públicos tornaram-se perigosos e ameaçadores, ocupados discriminatoriamente por tribos diversas. Belo Horizonte assistiu ao gradeamento do Parque Municipal e dos jardins do Palácio de Liberdade, mas livrou-se, ainda bem, da mania carioca de cercar praças e jardins.

Se de Ouro Preto podemos dizer que o espaço privado conformou o espaço público, os sobrados adornando as ruas e conferindo-lhes significado, de Belo Horizonte podemos dizer que o espaço público gerou o

Parque Municipal

privado, com seu traçado regulador e suas perspectivas ensaiadas.[7] Até que o espaço privado começou a destruir o público, com sua apropriação indevida e feroz da paisagem e dos lugares onde a memória repousava.[8]

A transformação dos vazios, espaços públicos, em *sobras urbanas*, ladeados por construções auto-referenciadas, a obstrução das perspectivas em profundidade, a perda da importância relativa dos edifícios públicos, a *sombra* e opressão das *edificações com as quais o poder privado desenha suas novas e confusas perspectivas*[9] desqualificaram o espaço público projetado, sem lhe acrescentar legibilidade e reconhecimento, sem propiciar sua democratização ou sequer sugerir intimidade.

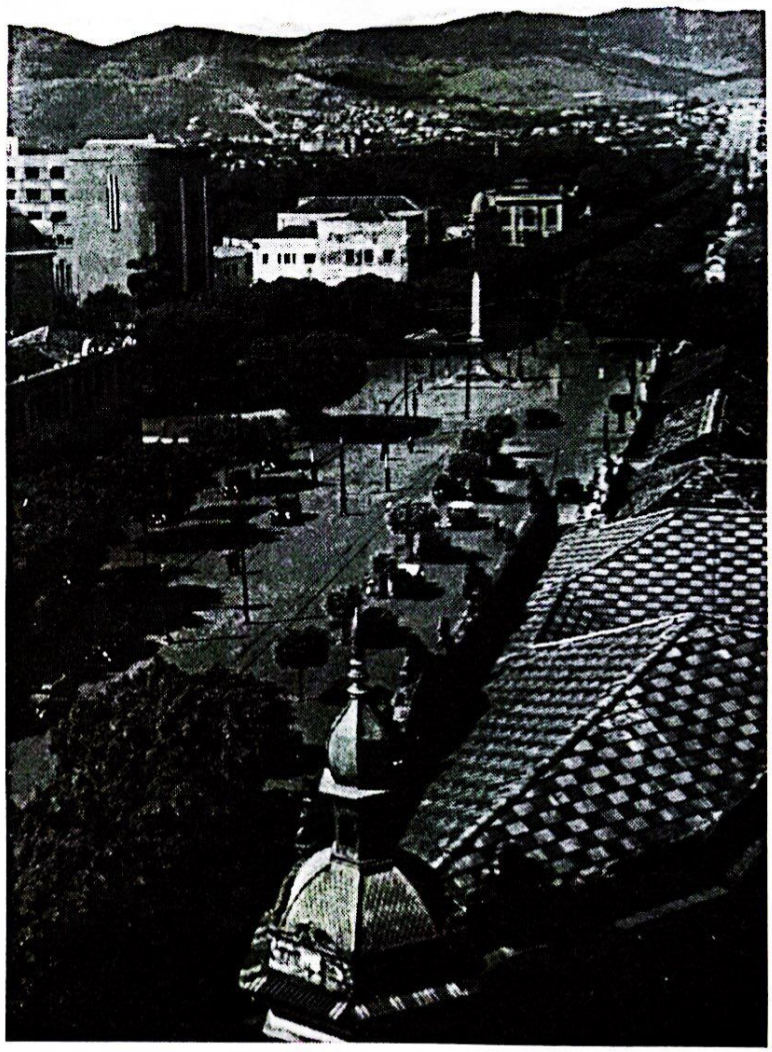
[7] *Enquanto, no assentamento tradicional, o risco ia sendo dado no chão, a cada locação, no urbanismo proposto, científico, o traço à régua no papel iria predispor o volume, a tridimensão, a vida das pessoas. Fica bem claro que a rua é tomada como unidade de planejamento, assumindo o mesmo caráter de integração sistemática do urbanismo barroco e significando a prevalência do público sobre o privado.* (MAGALHÃES, Beatriz A., ANDRADE, Rodrigo F. **Belo Horizonte;** um espaço para a República. Belo Horizonte: UFMG, 1989)

[8] Ver: Beatriz MAGALHÃES, op. cit., em sua comparação dos espaços públicos da Belo Horizonte do início do século e atualmente : *no primeiro corte, o Parque Municipal aparece como lugar inaugural, em cuja calma se deseja, se adivinha, ou se sabe a existência de uma cidade, lá fora, crescendo sob controle. No segundo corte, a cidade do capital, que ninguém mais controla, oprime o Parque e como que aguarda sua capitulação.*

[9] Ver: Beatriz MAGALHÃES, op. cit.

O exemplo mais claro e também lamentável foi a ocupação da praça do Edifício Sulacap – Sudameris. A transparência no nível da Avenida Afonso Pena conectava o largo em frente ao edifício à paisagem do Viaduto Santa Tereza, criando um espaço público de grande qualidade, destruído pela construção de um prédio de três andares.[10] Destino semelhante teve o quarteirão da Igreja São José, após a construção de um centro comercial na sua face das ruas Rio de Janeiro e Tupis, subtraindo ao olhar a amplidão da quadra.

WILSON BAPTISTA



Avenida Afonso Pena

Outros e diversos exemplos ocuparam o cotidiano da cidade, da destruição das lindas casas *art nouveau* da Savassi à obliteração da paisagem da Serra do Curral. Se, até então, a autofagia belo-horizontina era preferencialmente cumprida pelo poder público – Mercado Municipal, Feira de Amostras, Rodoviária, por exemplo – agora, a paisagem era referenciada pelo particular. As grandes torres residenciais e comerciais transfiguraram a imagem da cidade, impondo-se como marcos, anulando a referência dos espaços públicos (pobre Conservatório!). Massas altissonantes eliminaram as perspectivas em profundidade que pautavam o projeto de Aarão Reis, eliminando a compreensão do sítio projetado.

[10] *Não há maior crime contra Belo Horizonte do que a destruição do vazio que se estendia sob o Edifício Sulacap Sudameris... A perfeita proporção dos blocos de cinco pavimentos paralelos à Avenida suporta a verticalidade das duas torres a 45°. Todo o conjunto, conformador da antiga Praça dos Correios, compõe-se simetricamente a partir do pórtico que enquadra o Viaduto Santa Tereza e integra visualmente a Floresta ao Centro. A virtude maior deste prédio é depreender sua forma do traçado urbano, da esquina pública, do encontro em diagonal das ruas e da perspectiva do histórico viaduto.* (BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. Arquitetura vertical. **AP Cultural**, Belo Horizonte)

Avenida Afonso Pena com Rua da Bahia

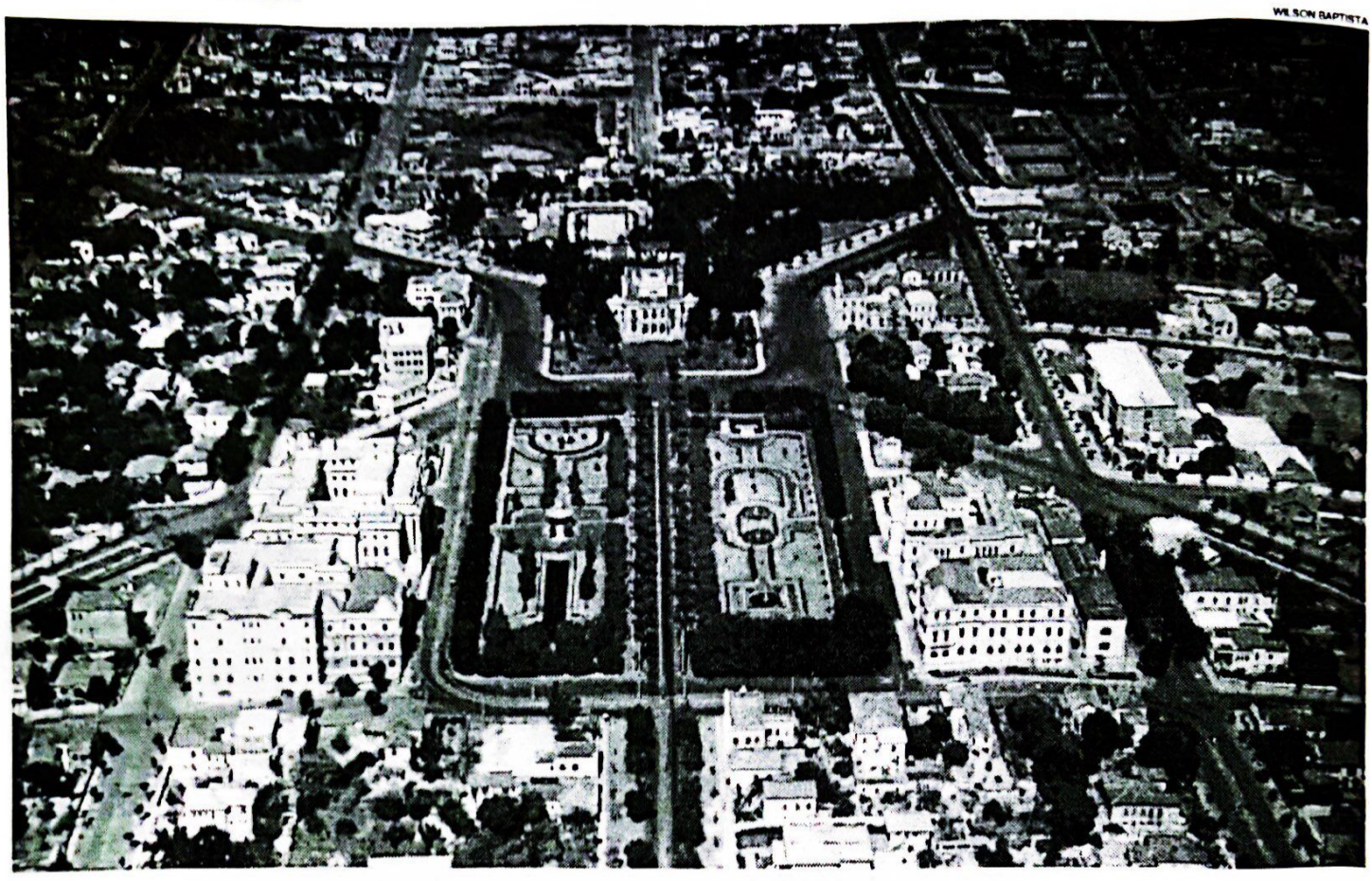
O movimento ecológico e preservacionista surgiu simultaneamente em várias partes do mundo, entrelaçando em suas discussões a qualidade ambiental, a vitalidade cultural e a cidadania plena para todos. Documentos de grande valor pelos consensos e debates neles registrados surgiram das Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Stockholm-72 e Rio-92) e Assentamentos Humanos (Vancouver-76 e Istambul-96).[11] O curto alcance desse debate no cotidiano político de Belo Horizonte reflete a complexidade de nossa sociedade, refém de um conceito de modernidade que oferece a inclusão nas comunidades mundiais em troca da exclusão da maioria do seu povo.

[11] Documentos acessados através do *site* das Nações Unidas na Internet: http://www.undp.org

Praça Raul Soares

Em Belo Horizonte, o movimento pela preservação do Cine Metrópole, em 1984, marca o início da luta pelos espaços públicos e pela memória da cidade, mais que pela preservação de exemplos de grande valor artístico ou arquitetônico. Já alguns anos antes o tombamento do Parque Municipal, da Praça da Estação e da Praça da Liberdade pelo IEPHA sinalizava essa nova postura. A Constituição de 1988 assegurou aos Municípios a gestão de seus assuntos e Belo Horizonte se viu habilitada a cuidar de sua paisagem e sua memória com os olhos próximos de quem vive sua própria história. A organização popular centrada nas discussões constituintes fez-se presente nos Conselhos e Comissões, e começamos a (re)aprender a gerir nosso espaço coletivo.

A perspectiva da emergência de uma ética baseada na solidariedade coletiva, ultrapassando os limites da sociedade humana para abarcar também o espaço natural em sua totalidade, recoloca no centro das nossas



Praça da Liberdade

preocupações a noção de qualidade de vida, resgatando o conceito de valor de uso, tão caro aos profissionais ligados à proteção e transmissão dos nossos legados culturais.[12]

A defesa intransigente de nosso patrimônio (compreendida a partir da perspectiva da sustentabilidade: *relação de continuidade entre o passado, o presente e o futuro*) e de nossa memória, valorizando a diversidade e as manifestações locais, reafirma nosso compromisso ético com as gerações vindouras, na construção de nossa resistência cultural frente à força pasteurizadora da massificação de um mundo globalizado.

Em 1989, a Prefeitura organizou o Concurso Nacional para Reestruturação do Centro de Belo Horizonte, BH-Centro, com o objetivo de elaborar diretrizes, proposições urbanísticas, legislativas, institucionais e financeiras, visando à reorganização e melhoria ambiental do centro.[13]

[12] Carta de Ouro Preto, documento do I Congresso Panamericano do Patrimônio da Arquitetura, Ouro Preto, 1992.

O resultado principal do Concurso foi a retomada dos debates sobre a cidade, com o envolvimento de equipes de grande abrangência disciplinar. Arquitetos, sociólogos, filósofos, engenheiros, fotógrafos, artistas, paisagistas e poetas debruçaram-se sobre diferentes visões dessa múltipla realidade, focalizando os espaços públicos e os conceitos contemporâneos de qualidade de vida urbana e preservação do patrimônio cultural.

> *Planejar o futuro do passado é fundamentalmente preparar o homem – garantindo a força do seu braço para o trabalho, desenvolvendo sua mente para a educação e cultura, preparando seu coração e todos os seus sentidos para a estesia da vida, para a poética do espaço. Só assim, capaz, consciente, sensível e crítico, o cidadão poderá retomar a língua de seus antepassados feita no barro, na pedra, no ferro e na madeira e cantar um canto novo. Numa palavra, construir o amanhã que na sua diferença celebra e revive o passado.*[14]

Em 1992, realizou-se em Ouro Preto o I Congresso Panamericano do Patrimônio da Arquitetura, ArquiAmérica I,[15] retomando as questões do 2° Encontro Nacional de Preservação de Bens Culturais, ArquiMemória II, sediado em Belo Horizonte em 1987.[16] O debate dos conceitos de preservação, recuperação, reciclagem, refuncionalização e reabilitação dos centros urbanos e edifícios contava agora com exemplos variados (o Corredor Cultural no Rio de Janeiro já implantado e em constante evolução desde 1984,[17] Barcelona recém-reinaugurada para os Jogos Olímpicos, o Pelourinho no início da controvérsia).

[13] O procedimento inovou, nacionalmente, pela ampla representatividade da comissão organizadora, composta pela Administração Regional Centro-Sul, Procuradoria Geral do Município, Secretarias Municipais de Governo, Atividades Urbanas, Cultura, Meio Ambiente e Planejamento, Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), UFMG, PUC•Minas, Associação Comercial de Minas Gerais (ACM), Clube de Diretores Lojistas (CDL), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

[14] CORREA, José de Anchieta. A carnalidade do tempo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, PUC•Minas, n. 4, p. 161-170, maio 1996.

[15] O ArquiAmérica I foi organizado pela Secretaria Executiva do Patrimônio da Arquitetura da Região III da União Internacional dos Arquitetos, sediado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil em Ouro Preto, de 22 a 25 de setembro de 1992.

[16] O ArquiMemória II, 2° Encontro Nacional de Preservação de Bens Culturais, foi promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Fundação Pró-Memória e a Federação Nacional dos Arquitetos, em Belo Horizonte, de 26 a 30 de Agosto de 1987.

[17] O Projeto Corredor Cultural já havia sido apresentado no ArquiMemória II, quando

Uma noite, durante o Congresso, vi-me na posição incomum de explicar ao conferencista catalão por que os estudantes, trajados de negro, sacudiam bandeiras negras em volta da estátua de Tiradentes e cantavam alegremente cantos de guerra contra o presidente. Imaginava o nosso convidado que toda a nossa fúria se devia tão somente ao desejo de termos o vice-presidente, um mineiro, na chefia da nação!

A campanha pelo *impeachment* tomou conta das cidades, encheu as ruas e enfeitou os monumentos. Não me recordo da melodia, mas lembro-me bem da mistura de frevo, samba e roda que dançávamos ao cantar *Estou Indignado*, ao fim da tarde, subindo a Rua da Bahia carregando os estandartes *Pela Ética na Política*, após o comício pelo *impeachment*, em 1992.

Em uma longuíssima coluna, alegre e foliã, saímos do coração da cidade, a Praça 7, e chegamos à Praça da Liberdade para um ato em frente ao Palácio do Governador. Como podia um ato político conter tanta alegria? A Praça, restaurada há pouco, recebeu a grande passeata, que a ocupou com uma delicadeza inimaginável. As pessoas ocupavam a Praça como quem chega em casa. Vi cenas geniais: um casal fazia evoluções na alameda central, o estandarte negro escrito em vermelho volteava no ar, a iluminação teatral da Praça cumpria sua função.

A cidadania, um conceito construído historicamente, que diz respeito aos direitos civis, políticos e sociais, ao incorporar na última década o direito ao meio ambiente saudável, situou-nos definitivamente como co-responsáveis pela qualidade de vida no planeta.[18] Ao definirmos a cidade como o lugar do exercício cotidiano da cidadania, assumimos nosso direito coletivo a uma cidade saudável e democrática.

Em 1993, o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de Minas Gerais, lançou o Prêmio IAB de Gentileza Urbana, convidando artistas,

cerca de 1300 prédios já haviam sido recuperados. O mais interessante de sua reapresentação no ArquiAmérica foi a avaliação da permanência e do sucesso continuado de um programa dessa natureza, completamente incorporado no cotidiano da cidade e em expansão para outras áreas.

[18] Agenda 21, documento assinado por 179 países, resultado da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

escritores, poetas, fotógrafos e filósofos para o júri que escolheria entre as indicações feitas pela população. O prêmio, anual, é entregue no aniversário da cidade. A identificação das intervenções que têm melhorado a qualidade de vida urbana em Belo Horizonte revelou o reconhecimento e o gosto da população pelos espaços públicos reabilitados e pelas soluções arquitetônicas "gentis".

Desde a Praça da Liberdade, a primeira reconquista do espaço público de qualidade, até a vaquinha da Rua Leopoldina e os sinos do Mosteiro Nossa Senhora das Graças, da coluna "Cenas da Cidade" às placas em *braile* nos pontos de ônibus, do trabalho comunitário a parcerias de vulto na recuperação de praças e parques, da transformação de espaços privados em públicos à preservação da paineira no meio da Rua Gonçalves Dias, as gentilezas escolhidas descortinaram um expressivo campo de intervenções na cidade, diferentes atores e resultados surpreendentes.

O campo comum das iniciativas selecionadas é a busca de uma cidade democrática, a reversão da lógica dominante do privado sobre o público e a responsabilidade compartilhada na preservação da qualidade de vida de todos nós.

Os espaços públicos que apresentam essas características de forma mais explícita são os *espaços de fronteira*, como os nomeia o Prefeito Patrus Ananias: espaços de intermediação da tensão social, civilizatórios, onde a convivência pacífica e lúdica de várias classes sociais é possível e prazerosa. Os exemplos, antes restritos ao Parque Municipal,[19] têm se multiplicado, com a inauguração do Parque do Acaba Mundo, aliás Parque JK, entre a Avenida Bandeirantes e a Lagoa Seca, e as obras da Barragem Santa Lúcia, entre a favela de mesmo nome e o Bairro São Bento.

Restaurar, recuperar, refazer uma praça ou um parque é um privilégio e uma honra: a essência, a memória adormecida, a beleza ali estão. Os relatos, os acontecimentos, a espessura da história nos aguardam. São

[19] O Parque Municipal, embora geograficamente decline da denominação de *espaço de fronteira*, é o espaço mais democrático de Belo Horizonte, representando uma alternativa de lazer para grande parte da população. Foi recuperado em 1992 em parceria com o Grupo Vale do Rio Doce, com projeto do escritório Baptista e Schmidt Arquitetura e Urbanismo.

nossas ferramentas de trabalho na compreensão do espaço da convivência, para projetá-lo com graça e dignidade, aprendendo com os freqüentadores as incontáveis facetas do lazer, otimizando recursos geralmente escassos e afirmando a demanda por espaços e materiais de qualidade. O objetivo é a construção de lugares significativos e potencializadores do pleno exercício da cidadania, intervindo na cidade com gentileza, buscando em cada gesto uma cidade melhor para todos.